

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

Objeto: Contratação de seguradora para os serviços de emissão de apólices de seguro garantia judicial, com a finalidade de garantir valores a serem depositados e/ou substituir valores já depositados em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, nos quais a Eletronorte figure na lide.

Contratada:

Valor:

Licitação: PE-02-0-125988

INDICE

CLÁUSULA 1ª – OBJETO	3
CLÁUSULA 2ª – DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS E DA ORDEM DE PREVALÊNCIA.....	6
CLÁUSULA 3ª – VALOR DO CONTRATO	7
CLÁUSULA 4ª – REGIME TRIBUTÁRIO	7
CLÁUSULA 5ª – PRAZOS.....	8
CLÁUSULA 6ª – EXECUÇÃO DO CONTRATO	9
CLÁUSULA 7ª – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	11
CLÁUSULA 8ª – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	11
CLÁUSULA 9ª – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO	12
CLÁUSULA 10ª – SUBCONTRATAÇÃO.....	13
CLÁUSULA 11ª – CANCELAMENTO E RESTITUIÇÃO	13
CLÁUSULA 12ª - CONTRATO DE CONTRAGARANTIA.....	14
CLÁUSULA 13ª – COSSEGURO	14
CLÁUSULA 14ª - ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO.....	14
CLÁUSULA 15ª – EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO.....	15
CLÁUSULA 16ª – FORMALIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS	16
CLÁUSULA 17ª – RESCISÃO	17
CLÁUSULA 18ª – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	17
CLÁUSULA 19ª – PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE.....	19
CLÁUSULA 20ª – ATOS LESIVOS À CONTRATANTE	20
CLÁUSULA 21ª – DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	21
CLÁUSULA 22ª – POLÍTICA DE CONFORMIDADE.....	22
CLÁUSULA 23ª – PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA	24
CLÁUSULA 24ª – POLÍTICAS DAS EMPRESAS ELETROBRAS E CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA	24
CLÁUSULA 25ª - FORO	25

**CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO
BRASIL S.A. – ELETRONORTE E,
PARA**

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, doravante denominada CONTRATANTE, empresa controlada da Eletrobras, concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com sede e endereço no SCN Quadra 06, Conjunto A, Blocos B e C, Entrada Norte 2, Asa Norte - CEP: 70.716-901, Brasília-DF, CNPJ: 00.357.038/0001-16, Inscrição Estadual: 07.326.199/001-83, e, doravante denominada CONTRATADA, com sede, CEP:, CNPJ:, Inscrição Estadual:, por meio de representante(s) legal (is) no final nomeado(s) e assinado(s), celebram o presente Contrato, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª – OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Contrato a contratação de seguradora para os serviços de emissão de apólices de seguro garantia judicial, com a finalidade de garantir valores a serem depositados e/ou substituir valores já depositados em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, nos quais a Eletronorte figure na lide, segundo disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2. Descrição detalhada do objeto:

O Seguro Garantia Judicial é uma modalidade de seguro empregado em processos na esfera judicial, que garante o direito de recebimento da parte vencedora. A sua cobertura tem como escopo garantir o fiel cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pelo Tomador perante o Segurado em função de determinações judiciais.

O seguro será utilizado em substituição a depósitos em espécie que a Eletronorte necessite realizar, quando acionada judicialmente, para que o processo prossiga conforme os trâmites legais. Essa modalidade de seguro será empregada também para ações em andamento, como forma de substituir outros tipos de garantia que já tenham sido apresentadas pela Eletronorte.

a) Importância Segurada

A contratação contemplará a capacidade de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para demandas judiciais nas três esferas (Cível, Trabalhista e Fiscal).

Devem ser atendidas as seguintes condições:

- i) o limite contratado poderá ser utilizado até sua totalidade, à medida que surgirem demandas solicitadas pela Eletronorte;
- ii) o seguro poderá ser empregado para novos processos judiciais e para ações em andamento, como forma de substituir outros tipos de garantia que já tenham sido apresentadas;
- iii) a contratação desse seguro dará direito à Eletronorte à emissão de apólices durante a vigência do contrato, até o limite da importância segurada, que poderá ser utilizado à medida que surjam demandas para aporte de garantias;
- iv) deverão ser geradas apólices individualizadas, conforme demandas solicitadas pela Eletronorte;

- v) a CONTRATADA não terá direito a qualquer valor de prêmio além daqueles decorrentes das demandas solicitadas formalmente pela Eletronorte;
- vi) o limite acima mencionado deve estar disponível em capacidade automática de resseguro da Contratada;
- vii) deverá ser apresentada na proposta, no ato da licitação, capacidade comprovada por meio de *slips* carimbados e assinados, de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);
- viii) a Seguradora vencedora deste certame será aquela que apresentar a menor condição conforme item 5 deste Termo de Referência.

b) Preço máximo anual

Os participantes deverão incluir em suas propostas todos os custos incidentes na prestação do serviço, que não poderão ultrapassar a taxa líquida anual máxima (%) de:

DESCRIÇÃO TAXA LÍQUIDA ANUAL

SEGURO GARANTIA JUDICIAL (Ações Cíveis, Trabalhistas e Fiscais).

- 0,83% a.a. (oitenta e três centésimos por cento).

O preço global desta licitação, considerando a taxa supracitada não poderá superar R\$ 12.450.000,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais).

O referido preço global foi obtido considerando o período de vigência das apólices, estimado em 3 (três) anos para as modalidades de seguro garantia judicial.

c) Franquia

Não existirão franquias do valor segurado.

d) Apólices

Somente serão aceitas apólices eletrônicas e deverão ser acompanhadas das respectivas certificações de suas autenticidades.

Serão emitidas quantas apólices forem necessárias à Eletronorte, limitadas ao valor da importância segurada máxima. O valor de cada apólice emitida será deduzido do valor da Importância Segurada Máxima.

e) Prazo de entrega das apólices

Até 48 horas após a solicitação de emissão pela Eletronorte, juntamente com o comprovante de resseguro quando for o caso.

f) Condições de entrega das apólices

As apólices eletrônicas deverão ser enviadas para o e-mail ffnr@eletronorte.gov.br.

g) Prazo de vigência da cobertura

A cobertura do seguro vigorará até a extinção das obrigações do tomador (Eletronorte), limitada à duração de vigência das apólices.

A renovação da apólice deve ser solicitada pela Eletronorte até 60 (sessenta) dias antes do final da vigência e a SEGURADORA somente poderá negar a renovação com dados que comprovem não haver mais risco a ser coberto ou comprovando a perda de direito do segurado.

h) Clausulado

O clausulado das apólices deve seguir as determinações da Circular SUSEP nº 477, de 30/09/2013, seus anexos e outras normas SUSEP vigentes à época da emissão, não podendo, contudo, conter qualquer tipo de ressalva ou condição que possa dificultar ou impedir a sua execução ou que possa deixar dúvidas quanto à sua firmeza. Com relação às apólices judiciais de Execução Fiscal, devem atender na íntegra o disposto na PGFN 164/2014.

i) Procedimento para emissão da(s) apólice(s)

DOCUMENTOS PARA ANÁLISE DO RISCO:
SEGURO GARANTIA JUDICIAL

Partes do processo:

Contencioso Judicial Cível

1. Petição Inicial;
2. Contestação;
3. Sentença;
4. Acórdão;
5. Recursos;
6. Mandados de Citação e Penhora;
7. Todas as peças que compõem o processo judicial.

Contencioso Judicial Fiscal

1. Cópia do processo administrativo;
2. Execução Fiscal;
3. Embargos à execução se já confeccionado – caso contrário, descrição, dos fatos e todos os argumentos de defesa.

Contencioso Administrativo Fiscal

1. Autuação Fiscal;
2. Defesa/impugnação apresentada;
3. Decisão;
4. Recurso voluntário, se já confeccionado.

Contencioso Judicial Trabalhista

1. Petição Inicial;
2. Contestação;
3. Sentenças;
4. Acórdãos;
5. Recursos;
6. Mandados de Citação e Penhora;
7. Todas as peças que compõem o processo judicial.

A extinção da apólice só deve ocorrer caso o SEGURADO manifeste não haver mais o risco assumido, ou até que haja substituição da apólice ofertada pelo TOMADOR por outra idônea, devidamente aceita pelo juízo, nos termos da Circular SUSEP nº 477/2013.

j) Cancelamento da(s) apólice(s)

A Eletronorte terá o prazo de 90 (noventa) dias corridos, após a emissão das apólices de garantia, para solicitar o cancelamento da apólice sem a cobrança de prêmio. O cancelamento da apólice sem cobrança de prêmio poderá ser motivado por interesse da Eletronorte ou pelo indeferimento de aceite da apólice pelo segurado.

Não poderá haver cancelamento ou qualquer alteração do seguro sem a prévia e razoável justificativa da SEGURADORA e com o respectivo aceite da Eletronorte, dentro da legalidade.

k) Atualização monetária da importância segurada

Cada apólice emitida deverá prever que, em caso de sinistro, o valor da importância segurada será corrigido pelo índice estabelecido no processo judicial que a apólice está garantindo. A seguradora poderá fazer a cobrança do respectivo prêmio anualmente, de acordo com a atualização a ser feita.

Com relação à atualização monetária da apólice, será realizado por meio de endosso, sendo este solicitado pela Eletronorte formalmente à Seguradora, que deve proceder com a emissão em até 48 horas da solicitação.

l) Sinistro

Caso a Seguradora receba qualquer comunicação de sinistro, deve enviar imediatamente à Eletronorte, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis, evitando o pagamento pela Seguradora. A Eletronorte irá deixar a Seguradora inteirada de todas as providências, bem como acerca do prazo para resolução.

- 1.2.1. O detalhamento do objeto deste Contrato, especificações, quantidades e preços encontram-se definidos na Planilha de Taxas (Anexo III), Termo de Referência (Anexo IV) e Modelo de Contrato de Contragarantia (Anexo V).
- 1.3. O objeto deverá ser executado pela CONTRATADA, rigorosamente de acordo com os termos do mesmo e seus apensos, nas condições expressamente aceitas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA 2ª – DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS E DA ORDEM DE PREVALÊNCIA

- 2.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao Edital de Licitação PE-02-0-125988, seus Anexos e Adendos, sendo a sua execução regida pelas Cláusulas e condições aqui estabelecidas e, naquilo que com ele não for conflitante, pelo disposto nos documentos a seguir relacionados, que são de pleno conhecimento das partes:
 - a) Ata de Realização do Pregão Eletrônico 125988/2020, de/...../.....
 - b) Proposta da Contratada nº, datada de/...../.....
- 2.2. Ocorrendo divergências entre o estipulado nos documentos anteriormente relacionados e o Contrato, prevalecerão as disposições do Contrato, seguindo-se as dos restantes documentos, na mesma ordem em que encontram mencionados.
- 2.3. Esta contratação segue os princípios e normas constantes do “Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens e Serviços” que se encontra disponível no *site* da Eletronorte no endereço eletrônico **www.eletronorte.gov.br**, menu principal **Compras e Licitações**, opção **“Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens e Serviços”**.
- 2.4. Esta contratação é aderente ao programa de conformidade das empresas Eletronorte.

CLÁUSULA 3ª – VALOR DO CONTRATO

- 3.1. Como contrapartida à execução do objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE deve pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ (.....), sendo que o recurso financeiro destinado ao pagamento está definido no orçamento da CONTRATANTE, na Requisição de Contratação nº 3000218241, conforme o seguinte quadro:

Centro Financeiro	Item Financeiro	Func. Program.	Cat. Econômica	Desemb. Anual
NA00840700	4192009001	-	3	2020

- 3.2. Os preços referentes ao objeto deste Contrato são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.
- 3.3. Caso o prazo contratual ultrapasse 12 (doze) meses, por motivos não imputáveis à CONTRATADA, a mesma poderá requerer a atualização de seus preços, que serão reajustados, para mais ou para menos, de acordo com a seguinte fórmula, sendo anual a periodicidade do reajuste, contada a partir da data da proposta.

$$VR = Vo \times [(IPCAR/IPCAo)-1], \text{ onde:}$$

V_R	Valor da parcela reajustado;
V_o	Preço básico da parcela de pagamento contratual a ser reajustada, a preços da proposta;
$IPCA_R$	Índice Nacional de Preços ao Consumidor-Amplo, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referente ao mês do reajuste;
$IPCA_o$	Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referente ao mês da apresentação da proposta.

- 3.4. A fim de superar a indisponibilidade de índices econômicos, serão utilizados os últimos índices conhecidos, sendo complementado o reajuste quando da publicação dos índices correspondentes.
- 3.5. Fica resguardada às partes a revisão dos valores do Contrato, conforme disposto no artigo 93 do Regulamento.
- 3.6. A revisão que não for solicitada durante a vigência do Contrato considera-se preclusa com a prorrogação ou renovação contratual ou com o encerramento do Contrato.

CLÁUSULA 4ª – REGIME TRIBUTÁRIO

- 4.1 Os preços propostos incluem todos os impostos, tributos, contribuições, inclusive parafiscais, encargos e taxas vigentes na Legislação Brasileira para a execução do objeto desta contratação, e deverão incluir também, todos os custos diretos e indiretos inerentes, tais como os a seguir indicados, porém sem se limitar aos mesmos: despesas com pessoal, inclusive obrigações sociais, despesas administrativas, administração, diárias, viagens, alimentação, fornecimento de materiais e equipamentos de apoio, locação de veículos, lucro e outras despesas necessárias a boa realização dos serviços, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus adicionais.

- 4.1.1 Havendo convênio/protocolo que estabeleça a substituição tributária, o diferencial de alíquota de ICMS recolhido pela CONTRATADA será reembolsado pela CONTRATANTE, por meio de Apostilamento, desde que destacado na Nota Fiscal e mediante a apresentação do comprovante de recolhimento.
- 4.1.2 Caso haja ou seja instituída a substituição tributária para os equipamentos/bens objeto da contratação ou suas partes durante a vigência contratual, o valor do DIFAL devido pela CONTRATANTE e recolhido pela CONTRATADA será reembolsado, desde que devidamente destacado em campo próprio na nota fiscal e observadas as demais disposições legais, mediante apresentação do comprovante de recolhimento, no intuito de assegurar à CONTRATANTE o devido controle junto ao fisco estadual.
- 4.1.3 A CONTRATADA deverá aplicar a alíquota interestadual de ICMS de 4% (quatro por cento) caso o objeto do Contrato contemple mercadorias e bens importados abrangidos pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 25/04/2012, regulamentada pelo Convênio ICMS nº 38/2013, ratificado pelo Ato Declaratório nº 9, publicado no DOU em 11/06/2013.
- 4.2 Caso, a qualquer tempo, a CONTRATADA seja favorecida com benefícios fiscais, isenções e/ou reduções de natureza tributária em virtude do cumprimento do Contrato, as vantagens auferidas serão transferidas à CONTRATANTE, reduzindo-se o preço.
- 4.3 Caso, por motivos não imputáveis à CONTRATADA, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos da CONTRATADA, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, a CONTRATANTE absorverá os ônus adicionais, reembolsando a CONTRATADA dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva da CONTRATADA.
- 4.4 Caso, por motivos imputáveis à CONTRATADA, a CONTRATANTE seja penalizada pela emissão equivocada/indevida de Notas Fiscais, os respectivos valores serão descontados de faturamentos da CONTRATADA.
- 4.5 Obrigam-se a CONTRATADA ou suas subcontratadas a manterem-se quites com as contribuições previdenciárias e demais encargos devidos em razão do Contrato, apresentando, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovação de estar em dia com os referidos pagamentos.
- 4.5.1. Na hipótese da falta de exibição de tal comprovação fica desde já assegurado a CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento da CONTRATADA até que seja cumprida a obrigação.
- 4.5.2. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento de contribuições previdenciárias e outras pela CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a promover a respectiva retenção, inclusive dos encargos moratórios (juros, multa e correção monetária), cujo montante será deduzido de quaisquer faturamentos ou créditos da CONTRATADA.
- 4.6 Quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA pelo não cumprimento de suas obrigações legais constituirão ônus exclusivo da CONTRATADA e lhe serão debitados pela CONTRATANTE, na hipótese em que esta exerça o direito que lhe é conferido de efetuar o recolhimento.

CLÁUSULA 5ª – PRAZOS

- 5.1. O prazo de execução vigorará a contar da data da assinatura do Contrato por um período de 12 (doze) meses.

- 5.1.1.O prazo de execução do objeto deste Contrato poderá ser prorrogado durante a vigência contratual, desde que devidamente justificado e ratificado pela autoridade competente, conforme disposto no Artigo 71, da Lei 13.303/2016.
- 5.1.2.Em caso de atraso, a CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, justificando-o, e propondo nova data para a execução, ficando a critério da CONTRATANTE sua aceitação.
- 5.1.3.O atraso injustificado, ou não acatado pela CONTRATANTE, implicará em multa contratual à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 5.2. O prazo de vigência do contrato será de 15 (quinze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo, a critério das partes, ser renovado por mais 48 (quarenta e oito) meses.
- 5.2.1.O término do prazo de vigência deste contrato não afetará direitos ou obrigações das partes, relativas a pagamentos, prestação de garantia, regularização documental e outras do gênero, que, eventualmente, devam ser exercidas ou cumpridas após o término do referido prazo de vigência.
- 5.2.2.Não obstante o prazo de vigência mencionado neste item, as apólices serão contratadas com vigência de até cinco anos, a critério da CONTRATANTE.
- 5.3. No caso de ocorrerem atrasos por fatos previstos em lei, deverá a CONTRATADA, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir de sua verificação, submeter à CONTRATANTE o pedido de alteração de prazos, devidamente justificado e documentado.
- 5.4. Os prazos previstos neste Contrato, de execução e vigência, poderão ser prorrogados, durante a vigência contratual, com a aquiescência da CONTRATADA, por decisão motivada do agente de fiscalização administrativa, por meio de apostilamento.

CLÁUSULA 6ª – EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 6.1. O Contrato deve ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas e condições avençadas, as normas ditadas pela Lei n. 13.303/2016 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da ELETROBRAS, neste instrumento denominado "Regulamento", respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.1.1. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.
- 6.1.2. A fiscalização da execução do presente Contrato deve ser realizada por fiscal técnico e fiscal administrativo da CONTRATANTE, formalmente designados, conforme artigo 85 do Regulamento, e consiste na verificação do cumprimento das obrigações contratuais por parte do CONTRATADO, com a alocação dos recursos, pessoal qualificado, técnicas e materiais necessários.

Unidade de Gestão Técnica:

Centrais Elétricas do Norte do Brasil – S/A –Eletronorte
Departamento de Captação de Recursos e Seguros – FFNR
SCN Quadra 06 – Conjunto "A" sala 710, bloco C, Entrada Norte 2, Asa Norte – Brasília-DF
CEP: 70.716-901
Telefones: (61) 3429-6428
E-mail: ffnr@eletronorte.gov.br

6.1.3. A gestão do presente Contrato deve ser realizada pela unidade de gestão de contrato da CONTRATANTE, que, no presente caso, é o Departamento de Captação de Recursos e Seguros – FFNR, conforme endereço abaixo, liderado pelo gestor do Contrato, abrangendo o encaminhamento de providências, devidamente instruídas e motivadas, identificadas em razão da fiscalização da execução do Contrato, suas alterações, aplicação de sanções, rescisão contratual e outras medidas que importem disposição sobre o Contrato.

Centrais Elétricas do Norte do Brasil – S/A –Eletronorte
Departamento de Captação de Recursos e Seguros – FFNR
SCN Quadra 06 – Conjunto “A” sala 710, bloco C, Entrada Norte 2, Asa Norte – Brasília-DF
CEP: 70.716-901
Telefones: (61) 3429-6428
E-mail: ffnr@eletronorte.gov.br

6.1.4. O gestor ou gestora do Contrato pode suspender a sua execução em casos excepcionais e motivados tecnicamente pelo fiscal técnico do Contrato, devendo comunicá-la ao preposto da CONTRATADA, indicando:

- a) o prazo da suspensão, que pode ser prorrogado, se as razões que a motivaram não estão sujeitas ao controle ou à vontade do gestor do Contrato;
- b) se deve ou não haver desmobilização, total ou parcial, e quais as atividades devem ser mantidas pela CONTRATADA;
- c) o montante que deve ser pago à CONTRATADA a título de indenização em relação a eventuais danos já identificados e o procedimento e metodologia para apurar valor de indenização de novos danos que podem ser gerados à CONTRATADA.

6.1.5. Constatada qualquer irregularidade na licitação ou na execução contratual, o gestor ou gestora do Contrato deve, se possível, sanear a situação, evitando-se a suspensão da execução do Contrato ou outra medida como decretação de nulidade ou rescisão contratual.

6.1.6. As partes contratantes não são responsáveis pela não execução, execução tardia ou parcial de suas obrigações, desde que essa falta resulte, comprovadamente, de fato necessário, cujo efeito não era possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade deve produzir efeitos nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

6.1.7. No caso de uma das partes se achar impossibilitada de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou força maior, deve informar expressa e formalmente esse fato à outra parte, no máximo até 10 (dez) dias consecutivos contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.

6.1.8. A comunicação de que trata o item anterior deve conter a caracterização do evento e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo à outra parte, com a maior brevidade, todos os elementos comprobatórios e de informação, atestados periciais e certificados, bem como comunicando todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos ou eventos verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos, e sobre as possibilidades de retomar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.

6.1.9. O prazo para execução das obrigações das partes, nos termos desta Cláusula, deve ser acrescido de tantos dias quanto durarem as consequências impeditivas da execução das respectivas obrigações da parte afetada pelo evento.

6.1.10. A CONTRATADA deve submeter à CONTRATANTE, por escrito, todas as medidas que lhe parecerem oportunas, com vistas a reduzir ou eliminar as dificuldades encontradas, bem como

os custos envolvidos. A CONTRATANTE compromete-se a manifestar-se, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, quanto à sua aprovação, recusa ou as disposições por ela aceitas, com seus custos correlatos.

6.1.10.1. A não utilização pelas partes de quaisquer dos direitos assegurados neste Contrato, ou na Lei em geral, ou no Regulamento, ou a não aplicação de quaisquer sanções, não invalida o restante do Contrato, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

6.1.11. Os serviços serão executados no Departamento de Captação de Recursos e Seguros – FFNR, conforme o endereço abaixo:

Centrais Elétricas do Norte do Brasil – S/A –Eletronorte
Departamento de Captação de Recursos e Seguros – FFNR
SCN Quadra 06 – Conjunto “A” sala 710, bloco C, Entrada Norte 2, Asa Norte – Brasília-DF
CEP: 70.716-901
Telefones: (61) 3429-6428
E-mail: ffnr@eletronorte.gov.br
CNPJ: 00.357.038/0001-16
Inscrição Estadual: 07.326.199/001-83

CLÁUSULA 7ª – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A CONTRATADA terá o direito de receber o valor referente à execução do objeto deste Contrato, desde que devidamente executado.
- 7.2. Constituem obrigações da CONTRATADA, além do disposto neste Contrato e nos documentos que o integram:
 - 7.2.1. Executar o objeto deste Contrato, conforme disposto no Edital de Licitação, seus Anexos e Adendos.
 - 7.2.2. Manter, durante a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
 - 7.2.3. Indenizar a CONTRATANTE, seus empregados e empregadas e, ou terceiros, por quaisquer danos ou prejuízos resultantes de quaisquer ações relacionadas com a execução do objeto deste Contrato.
 - 7.2.4. Ressarcir a CONTRATANTE de eventuais cobranças fiscais decorrentes de preenchimento incorreto das faturas/notas fiscais e/ou da inobservância das normas fiscais-tributárias vigentes pela CONTRATADA ou suas subcontratadas.

CLÁUSULA 8ª – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. A CONTRATANTE terá o direito de receber o objeto deste Contrato em estrita observância ao Edital de Licitação, seus Anexos e Adendos, e demais elementos que integram o presente Contrato.
- 8.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE, além do disposto neste Contrato e nos documentos que o integram:
 - 8.2.1. Efetuar os pagamentos das faturas nos prazos estabelecidos neste Contrato.

- 8.2.2. Comunicar formalmente a CONTRATADA, de forma imediata, caso haja qualquer impedimento à entrega das mercadorias, na data fixada, incluindo notificações fiscais.
- 8.2.3. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste Contrato.
- 8.2.4. Conforme disposto no artigo 7º do Decreto 7.203/2010, é vedado que familiar de agente público preste serviços na CONTRATANTE caso o agente público exerça cargo em comissão ou função de confiança nesta Empresa.

CLÁUSULA 9ª – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 9.1. Os pagamentos dos prêmios ocorrerão no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de emissão da apólice pela Seguradora, desde que aceita pelo juízo competente.
- 9.2. Juntamente com os documentos suporte para cobrança, a Contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos, dentro do período de validade:
 - a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, abrangendo a prova de regularidade junto à seguridade social, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1.751/2014;
 - b) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
 - c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.
- 9.3. Os documentos suporte para cobrança deverão ser apresentados no Departamento de Captação de Recursos e Seguros – FFNR, no seguinte endereço:

Centrais Elétricas do Norte do Brasil – S/A –Eletronorte
Departamento de Captação de Recursos e Seguros – FFNR
SCN Quadra 06 – Conjunto “A” sala 710, bloco C, Entrada Norte 2, Asa Norte – Brasília-DF
CEP: 70.716-901
Telefones: (61) 3429-6428
E-mail: ffnr@eletronorte.gov.br
CNPJ: 00.357.038/0001-16
Inscrição Estadual: 07.326.199/001-83
- 9.4. O processamento do pagamento dar-se-á em 31 (trinta e um) dias consecutivos, contados a partir da segunda-feira subsequente à data de protocolo dos documentos suporte de cobrança na área gestora do Contrato.
- 9.5. As faturas/notas fiscais que apresentarem erros ou cuja documentação suporte esteja em desacordo com o contratualmente exigido devem ser devolvidas à CONTRATADA pela unidade de gestão de contrato da CONTRATANTE para a correção ou substituição. A CONTRATANTE, por meio da unidade de gestão de contrato, deve efetuar a devida comunicação à CONTRATADA dentro do prazo fixado para o pagamento. Depois de apresentada a Nota Fiscal/Fatura, com as devidas correções, o prazo previsto no item anterior deve começar a correr novamente do seu início, sem que nenhuma atualização ou encargo possa ser imputada à CONTRATANTE.

- 9.6. Eventuais cobranças fiscais decorrentes de equívocos no preenchimento de documentos fiscais são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 9.7. A CONTRATADA deverá fazer constar dos documentos de cobrança o número deste Contrato, a agência bancária e conta-corrente na qual deverá ser depositado o respectivo pagamento. A CONTRATANTE não se responsabilizará por juros ou encargos resultantes da operação de cobrança.
- 9.8. A CONTRATANTE reserva-se o direito de reter quaisquer parcelas de pagamento devidas à CONTRATADA, importâncias suficientes para satisfazer, ajustar e pagar danos ou prejuízos imputáveis direta ou indiretamente à CONTRATADA e, ou prepostos, após a devida notificação, por parte da CONTRATANTE, à CONTRATADA.
- 9.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 9.10. A devolução dos documentos suporte de cobrança não aprovados pela CONTRATANTE, em hipótese alguma, autorizará ou ensejará à CONTRATADA a suspender a execução do objeto desta contratação.
- 9.11. O CNPJ utilizado na emissão do(s) documento(s) de cobrança deverá ser o mesmo que a CONTRATADA apresentou quando da participação na licitação.
- 9.12. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, e mediante pedido da mesma ao gestor deste Contrato, dentro de sua vigência, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).
- 9.13. O valor dos encargos será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times VP \times N$$

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

I = Índice de atualização financeira, calculado como: $(6 / 100 / 365) = 0,00016438$;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA 10ª – SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA 11ª – CANCELAMENTO E RESTITUIÇÃO

- 11.1. No caso de cancelamento realizado antes do término de vigência da apólice, e caso o prêmio tenha sido efetivamente pago pelo período, caberá devolução calculada conforme planilha de reembolso estipulada na apólice, considerando a data de cancelamento e o término de sua vigência. Nos casos de cancelamentos judiciais, o cálculo de devolução será realizado *pro-rata temporis*.

Dados Bancários:
Banco:
Agência:
Conta:

CLÁUSULA 12ª - CONTRATO DE CONTRAGARANTIA

12.1. A CONTRATANTE irá assinar o contrato de Contragarantia conforme modelo disponibilizado no Anexo V do Edital.

CLÁUSULA 13ª - COSSEGURO

13.1. Na hipótese de ser selecionada uma seguradora, cujo limite técnico seja insuficiente para assumir a totalidade do risco, ou que tenha interesse em distribuir a participação, fica facultado o repasse de parte do risco por meio de cosseguro, observando-se, entretanto, o seguinte:

- a) Poderá participar do cosseguro, seguradora que atenda as condições previstas para participar deste cadastramento e que não tenha participado do presente pregão;
- b) A Seguradora cadastrada (líder) poderá repassar parte do risco por meio de cosseguro para duas outras seguradoras e o percentual de cada uma das duas cosseguradas não poderá ser superior ao da seguradora líder;
- c) A seguradora líder deverá apresentar à CONTRATANTE, para sua aprovação, até 24 horas após a solicitação da CONTRATANTE, o nome da(s) seguradora(s) para a qual pretende repassar o risco mediante cosseguro, com os respectivos percentuais e documentação pertinente, para constar no respectivo contrato;
- d) A responsabilidade de cada cosseguradora ficará limitada à proporção na qual participa do cosseguro, embora sejam consideradas solidárias em todas as obrigações contratuais;
- e) O pagamento do valor da indenização, no caso de cosseguro, deverá ser integralmente efetuado pela seguradora líder, independentemente da parte devida pela(s) outras(s) cosseguradora(s);
- f) A empresa líder do cosseguro será responsável por todo o contato técnico e administrativo perante a CONTRATANTE, em especial quanto à emissão da apólice de seguros e regulação e liquidação de sinistros.

CLÁUSULA 14ª - ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

14.1. A alteração incidente sobre o objeto do Contrato deve ser consensual e pode ser quantitativa, quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do Contrato, ou qualitativa, quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do Contrato.

14.1.1. A alteração quantitativa sujeita-se aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

- a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação entre os mesmos;
- b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do Contrato e o valor orçado pela CONTRATANTE, salvo se o fiscal técnico do Contrato apontar justificativa

técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do Contrato.

14.1.2. A alteração qualitativa não se sujeita aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

- a) os encargos decorrentes da continuidade do Contrato devem ser inferiores aos da rescisão contratual e aos da realização de um novo procedimento licitatório;
- b) as consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, devem importar prejuízo relevante ao interesse coletivo a ser atendido pela obra ou pelo serviço;
- c) as mudanças devem ser necessárias ao alcance do objetivo original do Contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;
- d) a capacidade técnica e econômico-financeira da CONTRATADA deve ser compatível com a qualidade e a dimensão do objeto contratual aditado;
- e) a motivação da mudança contratual deve ter decorrido de fatores supervenientes não previstos e que não configurem burla ao processo licitatório;
- f) a alteração não deve ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza ou propósito diverso.

14.1.3. As alterações incidentes sobre o objeto devem ser:

- a) instruídas com memória de cálculo e justificativas de competência do fiscal técnico e do fiscal administrativo da CONTRATANTE, que devem avaliar os seus pressupostos e condições e, quando for o caso, calcular os limites;
- b) as justificativas devem ser ratificadas pelo gestor do Contrato da CONTRATANTE; e
- c) submetidas à área jurídica e, quando for o caso, à área financeira da CONTRATANTE.

CLÁUSULA 15ª – EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

15.1. O equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deve ocorrer por meio de:

- a) reajuste: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato diante de variação de preços e custos que sejam normais e previsíveis, relacionadas com o fluxo normal da economia e com o processo inflacionário, devido ao completar 1 (um) ano a contar da data da proposta; ou
- b) revisão: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato diante de variação de preços e custos decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, e desde que se configure álea econômica extraordinária e extracontratual, sem a necessidade de periodicidade mínima.

15.1.1. O reajuste deve ser solicitado pela CONTRATADA e deve observar a seguinte fórmula:

$$R = P_o \times [(IPCA_i / IPCA_o) - 1], \text{ onde:}$$

R	Valor do reajuste
---	-------------------

P _o	Preço base proposto
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor-amplio, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
i	Índice referente ao mês de aniversário da data de apresentação da proposta.
o	Índice referente ao mês da apresentação da proposta.

15.1.2. A revisão deve ser precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de comprovação:

- dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis;
- da alteração de preços ou custos, por meio de notas fiscais, faturas, tabela de preços, orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e outros documentos pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão; e
- de demonstração analítica, por meio de planilha de custos e formação de preços, sobre os impactos da alteração de preços ou custos no total do Contrato.

15.1.3. A revisão que não for solicitada durante a vigência do Contrato considera-se preclusa com a prorrogação ou renovação contratual ou com o encerramento do Contrato.

15.1.4. Caso, a qualquer tempo, a CONTRATADA seja favorecida com benefícios fiscais isenções e/ou reduções de natureza tributárias em virtude do cumprimento do Contrato, as vantagens auferidas serão transferidas à CONTRATANTE, reduzindo-se o preço.

15.1.5. Caso, por motivos não imputáveis à CONTRATADA, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos da CONTRATADA, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, a CONTRATANTE absorverá os ônus adicionais, reembolsando a CONTRATADA dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva da CONTRATADA.

CLÁUSULA 16ª – FORMALIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmado pela mesma autoridade que firmou o Contrato, devendo o extrato do termo aditivo ser publicado no sítio eletrônico da CONTRATANTE.

16.1.1. A decisão sobre o pedido de aditivo contratual deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação. O prazo é suspenso quando realizar-se diligência para requerer comprovações ou informações complementares.

16.1.2. Não caracterizam alteração do Contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo:

- a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços;
- as atualizações, as compensações ou as penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Contrato;

- c) a correção de erro material havido no instrumento de Contrato;
- d) as alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;
- e) as alterações na legislação tributária que produza efeitos nos valores contratados; e
- f) renovações contratuais, sejam por extensão do prazo de execução ou prorrogação do prazo de vigência.

CLÁUSULA 17ª — RESCISÃO

17.1. O inadimplemento contratual de ambas as partes contratantes autoriza a rescisão, que deve ser formalizada por distrato. Aplica-se a teoria do adimplemento substancial, devendo as partes contratantes ponderar, no que couber, antes de decisão pela rescisão:

- a) impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;
- b) riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;
- c) motivação social e ambiental do empreendimento;
- d) custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- e) despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
- f) despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- g) possibilidade de saneamento dos descumprimentos contratuais;
- h) custo total e estágio de execução física e financeira do Contrato;
- i) empregos diretos e indiretos perdidos em razão da paralisação do Contrato;
- j) custo para realização de nova licitação ou celebração de novo Contrato;
- k) custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

17.1.1. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA pode dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

17.1.2. Na hipótese do item anterior, a CONTRATANTE pode conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da CONTRATADA de corrigir a situação.

17.1.3. O Contrato pode ser rescindido pela CONTRATANTE nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria de *Compliance* ou equivalente.

17.1.4. A rescisão contratual, quando promovida pela CONTRATANTE, deve seguir o processo administrativo preceituado no artigo 97 do Regulamento.

CLÁUSULA 18ª — SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com o processo administrativo preceituado no artigo 97 do Regulamento,

aplicar ao contratado as sanções de advertência ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE por prazo não superior a 2 (dois) anos, que podem ser cumuladas com multa.

18.1.1. As sanções administrativas devem ser aplicadas diante dos seguintes comportamentos da CONTRATADA:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total do Contrato;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;
- d) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- e) comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal.

18.1.2. A CONTRATADA estará sujeita à multa:

- a) de mora, por atrasos não justificados no prazo de execução de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da parcela do objeto contratual em atraso, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- b) compensatória, pelo descumprimento total do Contrato, no montante de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

18.1.3. Se a multa moratória alcançar o seu limite e a mora não se cessar, o Contrato pode ser rescindido, salvo decisão em contrário, devidamente motivada, do gestor do Contrato, fundamentada na Clausula da Rescisão do presente Contrato.

18.1.4. Acaso a multa não cubra os prejuízos causados pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização, na forma do preceituado no parágrafo único do artigo 416 do Código Civil.

18.1.5. A não observância ao disposto na cláusula PUBLICIDADE, CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE do contrato poderá ensejar penalidades administrativas nas formas previstas na Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, sem prejuízo de aplicação das demais sanções.

18.1.6. A multa pode ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos à CONTRATADA em razão do Contrato em que houve a aplicação da multa ou de eventual outro Contrato havido entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, aplicando-se a compensação prevista nos artigos 368 e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA 19ª — PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE

- 19.1. A CONTRATADA declara para todos os fins, e sob as penas previstas pela Lei 13.709/2018, sua ciência em relação a necessidade de atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, principalmente em relação a coleta, tratamento, compartilhamento e responsabilização de dados pessoais, mesmo após a extinção deste instrumento contratual.
- 19.2. As partes se comprometem a realizar o tratamento de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis, seja neste próprio instrumento, em seus adendos e anexos, ou quaisquer outros documentos durante a execução contratual conforme às disposições da LGPD, de modo a assegurar o direito à privacidade em quaisquer ações vinculadas a este contrato.
- 19.2.1. O tratamento a que se refere o *caput* deste item se dá para cumprimento do Edital de Licitação e seus anexos e adendos, da Lei 13.303/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Eletrobras, sendo necessário, além dos regramentos citados, a coleta do consentimento do titular ou fundamentar o tratamento de dado em alguma das hipóteses legais do artigo 7º da LGPD, de modo a garantir o direito à privacidade.
- 19.2.2. Considera-se em conformidade a coleta e o tratamento somente de dados necessários à operacionalização do contrato, garantindo-se o devido processamento e armazenamento em meios seguros, preferencialmente digitais e com rastreabilidade disponível, de modo a garantir os direitos do titular dos dados pessoais, conforme capítulo III, da LGPD.
- 19.2.3. Caso seja necessário compartilhar dados pessoais com terceiros, a CONTRATADA deverá comunicar e solicitar, imediatamente, permissão à CONTRATANTE, demonstrando a finalidade do compartilhamento, reservando-se a CONTRATANTE, o direito de aceitar ou não o pedido, no todo ou em parte.
- 19.2.4. Os administradores e prepostos diretamente envolvidos na execução do contrato, designados pela CONTRATADA, deverão estar devidamente instruídos por meio de treinamentos e conscientizações a respeito de privacidade de dados pessoais, em respeito à LGPD.
- 19.2.5. Toda documentação concernente a execução do contrato que possua dados pessoais, deve respeitar à coleta mínima prevista no artigo 6º, inciso III, da LGPD, adotando sempre o meio mais seguro para envio ou recebimento.
- 19.2.6. A CONTRATADA declara estar ciente que deverá informar aos seus empregados contratados a necessidade de compartilhamento mensal de dados pessoais com a CONTRATANTE, entendendo que são informações exigidas para o cumprimento do presente contrato, bem como das normas que regem as relações trabalhistas brasileiras.
- 19.2.7. A CONTRATADA deverá garantir o exercício, pelos titulares de dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade, quando for o caso.
- 19.3. A CONTRATADA deve implementar medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados pessoais contra a destruição, a perda, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, realizando suas atividades dentro dos parâmetros da LGPD, bem como deve dar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos locais de trabalho, aos documentos e aos sistemas relativos à ocorrência de incidente nas atividades de tratamento de dados pessoais.
- 19.3.1. A CONTRATADA deve comunicar à CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de incidentes de segurança relacionado ao tratamento de dados pessoais objeto do presente contrato.

- 19.3.2. A comunicação deverá ocorrer, simultaneamente/alternativamente, para o e-mail dpo@eletronorte.gov.br e, ou para o telefone (61) 3429-8846.
- 19.3.3. A CONTRATADA deverá fornecer, quando solicitado pela CONTRATANTE, declaração negativa de incidentes à CONTRATANTE, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigente.
- 19.4. A CONTRATANTE compromete-se a tratar os dados pessoais de representantes e demais pessoas vinculadas à CONTRATADA em conformidade com a LGPD, de modo a assegurar o direito à privacidade em quaisquer ações vinculadas a este contrato.
- 19.4.1. A CONTRATANTE está obrigada a comunicar à CONTRATADA a ocorrência de incidentes de segurança no tratamento de dados pessoais que possam acarretar riscos ou danos aos titulares, a fim de que sejam tomadas medidas para mitigação desses prejuízos.
- 19.5. A CONTRATADA será obrigada a reparar os danos que causar aos titulares de dados pessoais, bem como pelos danos causados direta ou indiretamente à CONTRATANTE, mesmo após o encerramento contratual, sejam estes patrimoniais, morais, individuais e coletivos, em razão de seu tratamento indevido, conforme Artigo 42 e seguintes da LGPD.
- 19.6. A CONTRATADA se obriga a não transferir a terceiros, exceto terceiros relacionados à operação – tais como todo o mercado ressegurador, empresas de digitalização, funcionários terceirizados –, as informações tecnológicas e/ou confidenciais de propriedade do TOMADOR que lhe forem repassadas.
- 19.7. Somente se admitirá como motivos de exceção à obrigatoriedade do sigilo e da confidencialidade, a ocorrência das seguintes hipóteses:
- a) houver prévia e expressa anuência do TOMADOR, da liberação da obrigação;
 - b) a informação foi comprovadamente conhecida por outra fonte, de forma legal e legítima, independente da relação comercial mantida entre as PARTES;
 - c) determinação judicial e/ou das autoridades competentes para conhecimento destas informações;
 - d) a informação não marcada como “confidencial”;
 - e) a informação consta de documento de conhecimento público, como escrituras públicas, publicações na imprensa, informações prestadas por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta ou de autos de processos judiciais ou procedimentos administrativos.
- 19.7.1. No caso de violação comprovada deste item, a SEGURADORA estará sujeita a todas as sanções e penalidades previstas na legislação brasileira.

CLÁUSULA 20ª – ATOS LESIVOS À CONTRATANTE

- 20.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei n. 12.846/2013, a CONTRATADA está sujeita às sanções estabelecidas na Cláusula DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA deste Contrato, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à CONTRATANTE, assim definidos:
- a) fraudar o presente Contrato;
 - b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o Contrato;
 - c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações deste Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou neste instrumento contratual; ou
 - d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato; e

- e) realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei n. 12.846/2013, Decreto n. 8.420/2015, Lei n. 13.303/2016, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas no presente Contrato.

20.1.1. As sanções indicadas nesta Cláusula aplicam-se quando a CONTRATADA se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 12.846/2013.

CLÁUSULA 21ª – DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

21.1. A prática, pela CONTRATADA, de qualquer ato lesivo previsto na Cláusula ATOS LESIVOS À CONTRATANTE deste Contrato, ou no artigo 5º da Lei n. 12.846/2013, a sujeita, com fundamento no artigo 6º da Lei n. 12.846/2013, garantida a ampla defesa e o contraditório, às seguintes sanções administrativas:

- a) Multa, equivalente a 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação;
- b) Publicação extraordinária da decisão condenatória;
- c) Na hipótese da aplicação da multa prevista na alínea “a” deste item, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

21.1.1. As sanções descritas no item anterior devem ser aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

21.1.2. A CONTRATANTE deve levar em consideração na aplicação das sanções aqui previstas o estabelecido no artigo 7º e seus incisos da Lei n. 12.846/2013.

21.1.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei n. 13.303/2016, e tenha ocorrido a apuração conjunta, a CONTRATADA também está sujeita às sanções administrativas deste Contrato, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.1.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR deve ser publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da CONTRATANTE.

21.1.5. A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

21.1.6. A CONTRATADA sancionada administrativamente pela prática de atos lesivos contra a CONTRATANTE, nos termos da Lei n. 12.846/2013, deve publicar a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) Em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica contratada ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) Em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e

- c) Em seu sítio eletrônico, pelo prazo de 30 (trinta) dias e em destaque na página principal do referido sítio.

- 21.1.7. A publicação a que se refere o item anterior será feita às expensas da pessoa jurídica sancionada.
- 21.1.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à CONTRATANTE, resultantes de ato lesivo cometido pela CONTRATADA, com ou sem a participação de agente público.
- 21.1.9. O PAR e o sancionamento administrativo devem obedecer às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei n. 12.846/2013 e no Decreto n. 8.420/2015, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo, ainda, da aplicação do ato de que trata o artigo 21 do Decreto n. 8.420/2015.
- 21.1.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
- 21.1.11. As disposições desta Cláusula aplicam-se quando a CONTRATADA se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 12.846/2013.
- 21.1.12. Não obstante o disposto nesta Cláusula, a CONTRATADA está sujeita a quaisquer outras responsabilizações de natureza cível, administrativa e, ou criminal, previstas neste Contrato e, ou na legislação aplicável, no caso de quaisquer violações.

CLÁUSULA 22ª – POLÍTICA DE CONFORMIDADE

- 22.1. A CONTRATADA declara e garante que nem ela, diretamente ou por intermédio de qualquer subsidiária ou afiliada, e nenhum de seus diretores, empregados ou qualquer pessoa agindo em seu nome ou benefício, realizou ou realizará qualquer ato que possa consistir em violação às proibições descritas (i) na Lei n. 12.846/2013, doravante denominada "Lei Anticorrupção Brasileira", (ii) na Lei Contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977 dos Estados Unidos da América (*United States Foreign Corrupt Practices Act of 1977, 15 U.S.C. §78-dd-1, et seq.*, conforme alterado), doravante denominada FCPA, (iii) e nas convenções e pactos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, em especial a Convenção da OCDE sobre Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Convenção Interamericana contra a Corrupção – OEA, todas referidas como "Leis Anticorrupção", incluindo pagamento, oferta, promessa ou autorização de pagamento de dinheiro, objeto de valor ou mesmo de valor insignificante mas que seja capaz de influenciar a tomada de decisão, direta ou indiretamente, a:
- a) qualquer empregado, oficial de governo ou representante de, ou qualquer pessoa agindo oficialmente para ou em nome de uma entidade de governo, uma de suas subdivisões políticas ou uma de suas jurisdições locais, um órgão, conselho, comissão, tribunal ou agência, seja civil ou militar, de qualquer dos indicados neste subitem, independentemente de sua constituição, uma associação, organização, empresa ou empreendimento controlado ou de propriedade de um governo, ou um partido político (os itens "a" à "d" doravante denominados conjuntamente autoridade governamental);
 - b) um oficial legislativo, administrativo ou judicial, independentemente de se tratar de cargo eletivo ou comissionado;
 - c) um oficial de, ou indivíduo que ocupe um cargo em, um partido político;
 - d) um candidato ou candidata a cargo político;

- e) um indivíduo que ocupe qualquer outro cargo oficial, cerimonial, comissionado ou herdado em um governo ou qualquer um de seus órgãos; ou
 - f) um oficial ou empregado(a) de uma organização supranacional (por exemplo, Banco Mundial, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, OCDE) (doravante denominado oficial de governo);
 - g) ou a qualquer pessoa enquanto se saiba, ou se tenha motivos para crer que qualquer porção de tal troca é feita com o propósito de:
 - g.1) influenciar qualquer ato ou decisão de tal oficial de governo em seu ofício, incluindo deixar de realizar ato oficial, com o propósito de assistir a CONTRATANTE ou qualquer outra pessoa a obter ou reter negócios, ou direcionar negócios a qualquer terceiro;
 - g.2) assegurar vantagem imprópria;
 - g.3) induzir tal oficial de governo a usar de sua influência para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de uma autoridade governamental com o propósito de assistir a CONTRATANTE ou qualquer outra pessoa a obter ou reter negócios, ou direcionar negócios a qualquer terceiro; ou
 - g.4) fornecer, um ganho ou benefício pessoal ilícito, seja financeiro ou de outro valor, a tal oficial de governo.
- 22.2. A CONTRATADA, inclusive seus diretores, empregados e todas as pessoas agindo em seu nome ou benefício, com relação a todas as questões afetando a CONTRATANTE ou seus negócios, se obrigam a:
- a) permanecer em inteira conformidade com as Leis Anticorrupção, e qualquer legislação antissuborno, anticorrupção e de conflito de interesses aplicável, ou qualquer outra legislação, regra ou regulamento de propósito e efeito similares, abstendo-se de qualquer conduta que possa ser proibida a pessoas sujeitas às Leis Anticorrupção;
 - b) tomar todas as precauções necessárias visando prevenir ou impedir qualquer incompatibilidade ou conflito com outros serviços ou com interesses da CONTRATANTE, o que inclui o dever de comunicar as relações de parentesco existentes entre os colaboradores da CONTRATADA e da CONTRATANTE; e
 - c) observar, no que for aplicável, o Programa de *Compliance* da CONTRATANTE, sobre o qual declara ter pleno conhecimento.
- 22.3. A CONTRATANTE se reserva no direito de realizar auditoria na CONTRATADA para verificar sua conformidade com as leis e o seu Programa de *Compliance*, sendo a CONTRATADA responsável por manter em sua guarda todos os arquivos e registros evidenciando tal conformidade, assim como disponibilizá-los à CONTRATANTE dentro de 5 (cinco) dias a contar de sua solicitação.
- 22.4. Entendendo que é papel de cada organização fomentar padrões éticos e de transparência em suas relações comerciais, a CONTRATANTE incentiva a CONTRATADA, caso ainda não possua, a elaborar e implementar programa de integridade próprio, observando os critérios estabelecidos no Decreto n. 8.420/2015.
- 22.5. Caso a CONTRATADA ou qualquer de seus colaboradores venha a tomar conhecimento de atitudes ilícitas ou suspeitas, especialmente se referentes à violação das Leis Anticorrupção, deve informar prontamente à CONTRATANTE, por meio do Canal de Denúncias www.canaldedenuncias.com.br e no telefone 0800 377 8037.

- 22.6. Fica esclarecido que, para os fins do presente Contrato, a CONTRATADA é responsável, perante a CONTRATANTE e terceiros, pelos atos ou omissões de seus colaboradores.

CLÁUSULA 23ª – PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

- 23.1. A CONTRATADA, em consonância com os princípios e normas constantes do “Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens e Serviços” da CONTRATANTE, deverá implementar, sempre que possível, na execução do objeto deste Contrato, políticas que respeitem e valorizem a diversidade, garantindo tratamento equânime, repudiando preconceitos e discriminações de gênero e raça.

CLÁUSULA 24ª – POLÍTICAS DAS EMPRESAS ELETROBRAS E CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA

- 24.1. A CONTRATADA declara conhecer e se compromete a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que lhe couber, o Código de Ética das Empresas Eletrobras, o Manual do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, o Guia do Colaborador e a Política Ambiental Unificada Eletrobras, que se encontram disponíveis no endereço eletrônico da Eletrobras Eletronorte, indicado abaixo, sob pena de submeter-se às sanções previstas no presente Instrumento Contratual. Seguem os links abaixo das Políticas citadas:

Política de Responsabilidade Social: <http://agencia.eletronorte.gov.br/site/eletronorte/politicas-empresariais/>

Política de Sustentabilidade: <http://agencia.eletronorte.gov.br/site/eletronorte/politicas-empresariais/>

Programa de Integridade (Cartilha do *Compliance*):
<https://eletrobras.com/pt/SiteAssets/Paginas/Programa-de-Integridade/Cartilha%20de%20Integridade%20para%20Fornecedores%202019.pdf>

- 24.2. A CONTRATADA compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **“Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras” que se encontra disponível no sítio eletrônico da Eletronorte, www.eletronorte.gov.br, menu principal “Integridade”, opção “Comissão de Ética”, opção “Código de Ética e de Conduta, ou diretamente no link a seguir: ([http://agencia.eletronorte.gov.br/site/eletronorte/wp-content/uploads/sites/101/2019/03/pt BR-livro de etica 2018 digital-v2.pdf](http://agencia.eletronorte.gov.br/site/eletronorte/wp-content/uploads/sites/101/2019/03/pt_BR-livro_de_etica_2018_digital-v2.pdf))**.
- 24.3. A CONTRATADA se compromete a adotar práticas que visem a valorização, capacitação e emprego de pessoas com deficiência, valorização da diversidade e promoção da equidade, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

CLÁUSULA 25ª - FORO

25.1. As partes contratantes elegem o foro da cidade de Brasília, para solução de qualquer questão oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito.

Brasília-DF, de de

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte

Contratada

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: